




XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



A (in)justiça cognitiva e a extensão universitária: uma experiência entre a escola e a comunidade

The cognitive (in)justice and the university
extension course: an experience between the
school and the community

Livia Salomão Piccinini, UFRGS, livia.piccinini@ufrgs.br

Karla Moroso, UFRGS, karla.moroso@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tenta contribuir com a produção do conhecimento na universidade e ante a responsabilidade social que a legitima, e, ao promover a extensão universitária, reconhece que a injustiça social tem, em si, uma injustiça cognitiva. O artigo descreve um projeto acadêmico que envolve estudantes de arquitetura, o movimento social por moradia e direitos urbanos, e moradores. A importância da questão emerge quando esses olhares convergem para uma realidade complexa presente nas cidades: a favela. O artigo trata de uma ação na Vila União, no Bairro Cristal, em Porto Alegre, um local de lutas, onde sobressai, dentre elas, a luta pela moradia e a terra urbana. A relevância do trabalho tem base na conexão entre atores e ações: os estudantes levados a se defrontar com uma realidade complexa e desconhecida; os movimentos sociais na intermediação conflituosa entre a realidade e a proposição política que guia as ações; os moradores ao contribuírem na construção da materialidade. Os autores (Salingaros, Morin, Milton Santos e Harvey) orientam a proposta provocando um diálogo entre campos do conhecimento. A disciplina, cujas escala de intervenção e abordagem vem sendo alteradas a partir da temática e das áreas urbanas onde se propõe atuar, mantém interlocução com os campos ecológico-paisagístico, do projeto urbano, da habitação e incursões no planejamento urbano. Avaliar essa busca por soluções evolutivas, mais próximas da realidade social na abordagem e na temática do projeto desenvolvido foi a perspectiva aqui adotada.

Palavras-chave: elaboração metodológica; projeto paisagístico; extensão

ABSTRACT

This paper discusses the university knowledge production associated to the social responsibility that legitimizes it, and in promoting university extension, recognizes that the social injustice has, in itself, a cognitive injustice (Boaventura de Souza, 2006). The article describes one academic project that involves students of architecture, the social movement for housing and urban rights, and the residents of an informal urban settlement. The importance of this issue emerges when these vision converge to a complex reality present in the cities: the favela. The article deals with an action in Vila União, in the Cristal Neighborhood, in Porto Alegre, a place of struggles, among which stands out the struggle for housing and urban land. The relevance of the work is based on the connection between actors and actions: the students who are faced with a complex and unknown reality; the social movements in the conflictive intermediation between the reality and the political proposition that guides the actions all together contributing to the construction of a materiality. The authors (Salingaros, Morin, Milton Santos and Harvey) orient the proposal by provoking a dialogue amongst different fields of knowledge. The discipline, whose scale of intervention and approach has been altered from the thematic and the urban areas where it is proposed to act, maintains interlocution with the ecological-landscape, urban design, housing and urban planning fields. Evaluating this search for evolutionary solutions, closer to the social reality in the approach and the theme of the developed project was the perspective adopted here.

Keywords: Methodological design; Landscape design; extension

INTRODUÇÃO

Relata-se aqui a abordagem recentemente adotada no desenvolvimento de uma disciplina de projeto urbano, para estudantes de sexto semestre da Faculdade de Arquitetura-UFRGS, cuja área de intervenção é a Vila União Santa Teresa, no Bairro Cristal, em Porto Alegre. As ações se apóiam em experiências na sala de aula e nas interrogações e interpretações daí drenadas. Trata-se do ensino de uma disciplina de paisagismo e projeto urbano, ministrada em um curso de Arquitetura e Urbanismo, trazendo uma avaliação sobre as impressões recolhidas ao longo de anos de estudos e proposições sobre a formatação e o caráter da mesma, analisando propostas, conteúdos, temáticas e resultados na produção dos espaços do com+viver urbano, e suas lutas. Por outro lado, apresenta uma leitura sobre o papel cumprido pela disciplina na formação do (futuro) profissional arquiteto-paisagista-urbanista. A ação da disciplina parte das questões “qual é o problema” a ser resolvido pelos arquitetos e “porque?”, e questiona “como se ensina, o que conhecer e o que é o conhecimento?”, na intenção de atribuir um papel para o ensino nessa formação e identificar o olhar (pessoal, social, humano) do estudante sobre os conteúdos, temas, interesses e intenções na elaboração projetual e na criação de responsabilidade pelo espaço-paisagem-mundo gerados. A importância atual dessas questões emerge quando a disciplina se debruça sobre uma realidade complexa presente nas nossas cidades: a favela, um local de disputas de várias ordens, onde sobressai, dentre elas, a questão da terra urbana e da moradia. Assim, a disciplina envolve conexões com a realidade externa à universidade, aberta às necessidades das cidades e dos moradores urbanos, procurando sintetizar algumas idéias sobre esse todo que estrutura o ensino e que é, a um só tempo, reflexão e um pretexto (um pré-texto?) para estimular o debate entre colegas, estudantes e moradores, os quais, ao final, são sujeitos-objetos das intervenções no campo do planejamento urbano e da arquitetura.

Esta perspectiva recebe o incentivo, e vai ao encontro, da atual proposta de alteração curricular que se abre à incorporação de atividades de extensão e que recomenda que as mesmas ocorram no quadro das disciplinas pertencentes ao atual currículo. As diretrizes da FORPROEX apontam como papel da extensão universitária, dentre outros, “contribuir para que a extensão universitária interfira na solução dos grandes problemas sociais do país”; “priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais” e “criar condições para a participação da universidade na elaboração de políticas públicas voltadas para a população”. Por outro lado, contemplando a relação entre ensino-pesquisa-extensão e obediente à Lei nº. 10.172 de 2001, a PNE 2001-2010, institui na sua Meta 23, que deverá haver um mínimo de 10% dos créditos, devidos à graduação em cursos universitários, no Brasil, os quais deverão ser realizados pelos estudantes através de ações de extensão com a manutenção da atual carga horária, mesmas disciplinas, adaptadas para contemplar a realidade social de maneira mais abrangente e afinados com os valores éticos e os interesses sociais. A experiência tentada na disciplina enquadra-se no âmbito dessas duas determinações legais.

Busca-se estabelecer uma discussão sobre o pensar complexo (MORIN, 2002) e como esse tema pode ser introduzido como experiência e vivência cotidiana em uma faculdade de arquitetura, através da leitura crítica de textos de autores de diferentes correntes de pensamento, cuja apropriação possa iluminar ações sobre a cidade, em transformações positivas. Orientado pelos “quatro pilares da educação” de Delors (UNESCO-MEC, 1998) o trabalho reconhece a necessidade de insistir criticamente contra o que tem sido denunciado como a “globalização neoliberal da universidade, a sua mercantilização” (Boaventura de Sousa, 2002) o que, só pode ser barrado pela educação aberta a “aprender a conhecer”, “a aprender a fazer”, “a aprender a viver com o outro”, “a aprender a ser”. (UNESCO-MEC, 1998).

Entende-se que a questão ganha importância ao descrever uma experiência didática que tem apoio e reverberações em diferentes esferas, como processos de sensibilização, identificação e responsabilização os atores uns ante e para com os outros (i) através de “ver a história” (global, local, ecológico-ambiental, paisagístico-cultural) perguntando o que deseja e o que é desejável, resgatar, manter, romper; (ii) a partir da verificação/constatação da materialidade urbana avançando em abstrações, contradições, explorações (conceituais) que guiam a deriva e implicam estabelecer compreensões, proposições, princípios, determinações que, por estarem no nível das idéias, dos conceitos e da ideologia podem ser refeitos, trocados, negados, ou absorvidos e reforçados; (iii) da relação com a comunidade moradora, que tem necessidades, sonhos e idéias sobre a solução dos seus amplos problemas que envolvem a casa e a cidade iv) do contato com as associações e demais atores dos movimentos sociais; v) para os estudantes na produção do projeto, resposta para habitar-viver a arquitetura humano-ecológica-paisagística.

Os autores que possibilitaram essa construção são Nikos Salingaros, Edgar Morin, Milton Santos e David Harvey, interligados na afirmação da autonomia¹. O primeiro autor, ao expor e explorar oportunidades organizacionais, abrindo espaço para que a história dos espaços urbanos e da arquitetura seja interpretada e re-elaborada, na complexidade urbana hoje (SALINGAROS, 2006); Morin, porque insiste em que o conhecimento nunca é reflexo ou espelho da realidade, mas uma tradução seguida de uma reconstrução, o que chama o intelecto a estabelecer conexões de várias ordens, e, assim, desafia a refletir sobre a realidade onde se vai intervir, pensamento que orienta MORIN, 2009) e o Relatório Delors (1996); as elaborações de Milton Santos para quem a união entre a técnica e a ciência oferece uma nova visão à questão ecológica, pois as mudanças ambientais estão subordinadas a essa lógica (SANTOS, 2001(1987) e Harvey que identifica as ações de resposta à globalização e à pós-modernidade capitalista, através das cidades rebeldes e reivindica a síntese entre “justiça social” e “espaços da esperança” (HARVEY, 1978, HARVEY, 2015). Esse é o núcleo conceitual central e com a concepção elaborada a partir desses autores e seus conceitos-chave desenvolve-se esse relato.

A elaboração se dá ao redor da avaliação e consolidação de discussões sobre os espaços abertos e edificados, públicos e privados, áreas livres e a moradia, interpretados na elaboração das soluções projetuais com o auxílio da comunidade e dos ativistas, no caso a vila União em Porto Alegre e o Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa. A disciplina, cujas abordagens e escala de intervenção, vem sendo alteradas a partir dos autores consultados, tem sua temática também alterada no âmbito do projeto urbanístico-paisagístico-arquitetônico e é esperado que a promoção do debate teórico, a convivência com a comunidade local e a conciliação com o projeto, traga uma compreensão maior, soluções evolutivas e próximas à realidade local.

¹ Autonomia no sentido desenvolvido por C. Castoriadis (1922-1997): economista e filósofo greco-francês, o fundador do grupo e da revista francesa *Socialism ou Barbarie* (1948). Sua obra *A Instituição Imaginária da Sociedade* (1975) apresenta o ponto culminante de suas idéias: o conceito de autonomia, segundo o qual, todas as sociedades produzem seus próprios imaginários (leis, instituições, crenças e comportamentos) mas a diferença entre uma sociedade heterônoma e uma sociedade autônoma é que, nesta última, os seus membros têm consciência e auto-instituem as mesmas. Sua concepção, que buscou inspiração na herança grega clássica da polis e nas experiências do movimento operário francês, tem importante papel na idéia de “refundação” da democracia. Sua “sociedade autônoma” é aquela onde os dirigentes desapareceriam, seria gerenciada por todos os cidadãos conscientes, mas não estaria nunca livre do conflito e do poder. A citação a seguir, mostra muito de suas idéias: [...] *uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. Eis aí uma outra maneira de dizer que ela está constantemente no movimento de sua auto-instituição explícita* (CASTORIADIS apud SOUZA, 2002). (Texto composto pela autora a partir de Marcelo de Souza e acessado em setembro e outubro de 2016 e disponível em: www.aigis.com/dn/castoriadis.html; www.chronicle.com/free/v50/i29/29a01401.html; www.castoriadis.org/fr/default.asp).

CONHECENDO A HISTÓRIA DA VILA UNIÃO E DO MOVIMENTO EM DEFESA DO MORRO SANTA TERESA

s características da vida no morro ocupado têm reflexos no padrão de organização comunitária, bem como no grau de envolvimento em uma luta maior, que se instituiu a partir de 2010, tendo como projeto comum a defesa do Morro Santa Teresa, localizado na zona sul da cidade de Porto Alegre e no qual está localizada a área da Fundação Socio-educativa do Estado do Rio Grande do Sul – FASE, de aproximadamente 74 hectares.

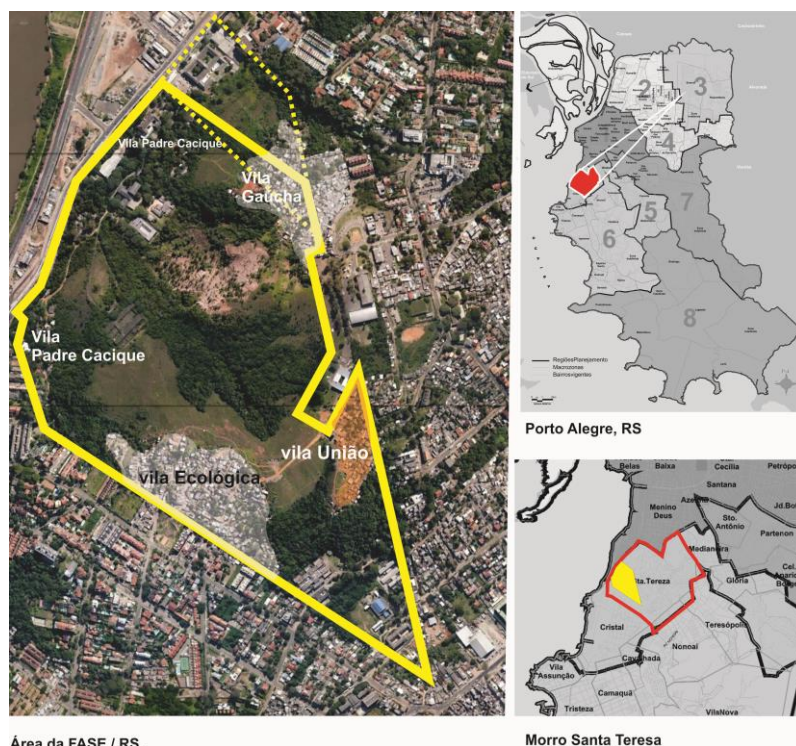


Figura 1: Mapa de Localização do Morro Santa Teresa na cidade de Porto Alegre. Fonte: AZEVEDO (2016)

Esta luta, em defesa do morro, iniciou em 2009, com a proposta de venda da área da FASE pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul. Neste ano o Projeto de Lei (PL388/2009) propôs a venda da área da FASE sob o argumento da necessidade de descentralizar a instituição e atender as exigências do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Assim que a notícia sobre a venda chegou às comunidades do Morro, houve um processo de mobilização das famílias, conduzido pelas próprias lideranças comunitárias e também por outras entidades apoiadoras como ONGs, sindicatos e movimentos sociais. Para as 1.300 famílias moradoras da área, o PL 388/2009 vinha na contramão do seu direito à moradia, visto que todos os assentamentos informais presentes no morro, faziam parte do Programa Estadual de Regularização Fundiária e, há mais de uma década, aguardavam pelas ações deste programa que teria no seu escopo a urbanização e o reconhecimento das posses das famílias. Além da questão da moradia, também houve questionamentos por parte dos funcionários da FASE, através do seu sindicato (SEMAPI²). Eles eram a favor da descentralização da FASE, mas questionaram a falta de informações sobre a descentralização. Para eles, o projeto de lei não se traduzia e uma proposta de reestruturação da

² Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul (SEMAPI)

FASE, sendo apenas uma autorização de venda do patrimônio público. Questões como a destinação da área da FASE ao mercado imobiliário, desconsiderando seus usos ambientais e habitacionais, a um preço que foi fortemente questionado pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (SENGE) eram outros fatores que se somaram na resistência ao projeto de Lei. Esta resistência deflagrou um processo de mobilização social que impediu a aprovação do PL388/2009 no poder legislativo estadual.

Em julho de 2010, após a derrubada do PL 388, as entidades que estiveram mobilizadas contra o projeto de lei, realizaram uma reunião no Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB com o objetivo de avançar mais, construindo uma alternativa para transformar a realidade do território da FASE que até então, estava imersa numa suposta “normalidade”. Este primeiro encontro foi chamado pelos ambientalistas (Movimento em Defesa da Orla do Guaíba) que viam a necessidade de instituir um parque na área da FASE de modo a garantir a preservação do patrimônio ambiental daquele território. Na segunda reunião, 15 dias depois, emergiu, nas discussões, a interface ambiental com as unidades funcionais da FASE e as moradias ali existentes, afinal, haviam demandas históricas que envolviam a urbanização dos assentamentos informais, a preservação do patrimônio ambiental e cultural a adequação das instalações da instituição FASE. Na terceira reunião, que já contou com a participação das lideranças comunitárias das vilas Gaúcha, União Santa Teresa, Ecológica e Padre Cacique, e de funcionários da FASE, construiu-se o consenso de que a defesa de um parque na área remanescente da FASE precisaria ser alicerçada em um tripé constituído pela defesa da regularização fundiária, defesa da reestruturação da FASE e defesa do patrimônio público da área remanescente com a preservação da mata nativa e dos prédios históricos. Destes encontros resultou uma Carta de Intenções para o Morro Santa Teresa, a qual foi divulgada no âmbito de uma campanha que teve por objetivo agregar apoio para as 3 pautas ali defendidas. Nasceu assim, um movimento composto por 44 entidades que, calçada na ordem jurídico-urbana brasileira, defendeu a manutenção do patrimônio público e um projeto comum para a área da FASE que reunia as três pautas defendidas por aqueles que lutaram contra a proposta do PL 388/2009.

A iniciativa de constituir um movimento a partir de três pautas distintas, mas complementares, foram acolhidas por todos aqueles que se agregaram ao movimento. Aparentemente estas pautas são específicas e fragmentadas na medida em que não estão incorporadas, enquanto conjunto, por todos os seus agentes. Contudo, ela integra os diferentes grupos de agentes: o grupo da moradia, o grupo do meio ambiente e o grupo da FASE. Essa fragmentação e essa especificidade da pauta são, segundo Alonso (2009), características dos movimentos sociais da pós-modernidade. No caso do MDMST essas pautas, a partir de uma lógica de cooperação, são trabalhadas conjuntamente, tendo o território e a defesa do patrimônio público como os elementos que dão unidade à luta.

Em agosto de 2011, após 16 encontros, o MDMST realizou um Seminário que teve por objetivos: (a) captar dados existentes sobre a área; (b) reunir os diferentes atores relacionados; (c) envolver e motivar a participação das comunidades que hoje ocupam a área; (d) buscar critérios socioambientais de ocupação do território; (e) construir uma nova forma de intervir no território; (f) iniciar um processo participativo e criar uma metodologia para elaboração coletiva de um projeto para o Morro Santa Teresa. O Seminário além de repactuar consensos, avançou na elaboração de diretrizes para a intervenção na área da FASE que foram definidas a partir do tripé defendido pelo movimento e da premissa de que não se poderia defender uma pauta sem que as outras duas não fossem igualmente defendidas de modo a fomentar a integração entre as políticas urbana e ambiental, sendo este último ponto, reafirmado enquanto princípio (como a causa primeira, a razão de ser) compreendendo que meio ambiente e moradia, por exemplo, não são direitos concorrentes e sim complementares, sendo indispensáveis ao desenvolvimento da vida.

As ações do movimento após o Seminário seguiram no sentido de estabelecer o diálogo com o Estado. Neste sentido, se propôs a buscar ações concretas, por dentro das estruturas institucionais, buscando a realização de ações que preservassem e garantissem a integridade e o desenvolvimento sustentável, urbanisticamente qualificado, daquele patrimônio ambiental, histórico e social.

A partir de ações de *caráter político*, como a participação nos espaços decisórios para decidir, propor ou contrapor projetos, o MDMST buscou instituir um grupo de trabalho intersetorial para tratar da área da FASE; instalar a rede de energia elétrica nas vilas Gaúcha e União e promover o avanço da regularização fundiária.³ As ações de *caráter cultural e simbólico* envolveram campanhas, caminhadas educativas, exposições, concursos e audiências que tiveram por objetivo sensibilizar para a causa e dar visibilidade para as demandas do movimento. Desde 2011 o movimento já realizou 13 caminhadas que foram importantes para envolver as comunidades com a pauta ambiental e, para demarcar a importância do Morro Santa Teresa para a paisagem da cidade de Porto Alegre. As ações de *caráter econômico* foram aquelas que buscaram provocar a transformação a partir da intervenção na estrutura econômica, com, por exemplo, no preço da terra. Uma das preocupações do MDMST é a permanência das famílias na área, entendendo que a expulsão delas, pode se dar, também, no longo prazo. Por fim, as ações que buscam promover a *materialidade do direito à moradia*, ou seja, aquelas que estão relacionadas à urbanização, complementação da infraestrutura e qualificação da moradia, as quais entram na lógica da “emergência”, ou seja, de uma “materialidade sem projeto”, uma intervenção pontual que diante da necessidade das famílias em acessar serviços, como o de energia elétrica, por exemplo, acaba por não dialogar com o objeto na sua totalidade (área da FASE) e nem com a cidade.

A partir destas ações, o MDMS conquistou, nos seus 6 anos de luta: (i) o reconhecimento do Estado, em nível normativo, do direito à moradia das comunidades; (ii) o investimento de recursos públicos para a realização dos estudos técnicos necessários para a elaboração de um projeto urbano que considere todas as especificidades da área e as demandas do MDMST; (iii) a criação de um Grupo de Trabalho Institucional, intersetorial e interdisciplinar para elaborar os estudos e projetos necessários para a área da FASE⁴; (iv) a definição de um zoneamento para a área da FASE, que reconhece o tripé do MDMST e preserva o seu patrimônio cultural, através da definição de Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS nos assentamentos informais, de Área Especial de Preservação do Ambiente Natural – AEPAN nas áreas com remanescentes ambientais e Área Especial de Interesse Cultural – AEIC; (v) a instalação da rede de energia elétrica e de iluminação pública na vilas União Santa Teresa e Gaúcha.

³³ Desde a sua formação, o MDMST promoveu mais de 40 reuniões com diferentes atores estatais, do poder executivo, legislativo e judiciário, tanto do estado quanto do município. Esses encontros tiveram três objetivos desde 2011:

⁴ O Grupo de Trabalho foi definido através do Decreto 49.256/2012, assinado pelo então Governador Tarso Genro, tomou posse em março de 2016 e foi destituído em abril de 2016, pelo então Governador José Ivo Sartori, que emitiu, em junho de 2016, o Decreto 53.084/2016, revogando o anterior e alterando o seu objeto e a constituição do Grupo de Trabalho.

As ações do MDMST buscam incidir na totalidade da área da FASE de modo a atender o tripé defendido pelo movimento. No entanto, a lentidão nas ações estatais, em especial daquelas relacionadas ao Grupo de Trabalho, que deveriam dar conta da elaboração de um projeto global para a área, associado a fragmentação da intervenção pública, acabaram por adiar as ações que efetivamente dariam materialidade aos direitos dos usuários do território da FASE. Dentre estas ações, está a elaboração do projeto urbano. Ele é a ferramenta que irá propor as alternativas e soluções para os problemas e conflitos existentes no território, tais como os conflitos de usos, as áreas de risco, a demanda por terra para moradia e espaços públicos, a preservação do meio ambiente, a mobilidade, etc. Neste contexto, o projeto torna-se uma ferramenta de luta importante, e o retrocesso posto com a revogação, em março de 2016, do Decreto 49.256/2012, deixa o MDMST fora desta arena decisória que é a “elaboração do projeto para a área da FASE”. Esta conjuntura fez o MDMST buscar novas estratégias de intervenção, dentre as quais está a sua instrumentalização técnica através do fomento ao “exercício de projeto”, ou seja, o movimento acredita na necessidade de se capacitar, de conhecer possibilidades de organização do território para que possa ter condições de defesa e contraponto, na hipótese do Estado elaborar uma proposta sem a sua participação.

Foi esta estratégia do MDMST que veio ao encontro da proposta da disciplina de Urbanismo I e que foi acolhida após a definição de alguns recortes e ajustes do ponto de vista metodológico, didático e temporal. O grau de envolvimento na pauta comum do MDMST, associado às condições de segurança e viabilidade para instrumentalizar o desenvolvimento da disciplina, foram os critérios utilizados, pelo MDMST para definir a comunidade que seria trabalhada pela disciplina de Urbanismo I. A vila Padre Cacique, mesmo sendo orgânica no MDMST, não tinha as especificidades territoriais inerentes dos assentamentos precários, variável importante a ser trabalhada na disciplina de Urbanismo I. A vila Prisma não acompanha as ações do MDMST e a vila Ecológica esteve afastada do movimento no último ano por problemas de organização comunitária. Neste sentido, ambas ficaram prejudicadas por não ter condições de estabelecer uma interlocução com as demandas da disciplina.

REFLETINDO SOBRE AS ANOTAÇÕES DE AULA E O PROCESSO

Estas notas de aula são uma avaliação dos processos de mudança e dos resultados obtidos, na disciplina Urbanismo I, ministrada a estudantes de sexto semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo.

O desconforto com as temáticas propostas e o pouco envolvimento dos estudantes com a realidade da cidade - demonstrado com o resultado burocrático dos projetos, realizados apenas com o objetivo de cumprir calendário e currículo, sem comprometimento em investir esforços, energia e criatividade no primeiro projeto urbano - levou-nos aos artifícios de mudar a área de trabalho; alterar as escalas e áreas da intervenção; aumentar ou diminuir as demandas nas entregas e painéis, enfim, um sem número de modificações e pequenas mutilações no resultado “esperado” do projeto. No entanto, essas medidas não produziam efeitos.

Por outro lado, no nosso trabalho de pesquisa em políticas públicas e habitação social, havia bolsistas jovens de iniciação científica que se envolviam muito com o trabalho, alguns voltavam para fazer o TCC com essa temática e realizavam trabalhos muito bons, com envolvimento com a comunidade, e mesmo mais tarde alguns chegaram a fazer suas dissertações de mestrado, sob minha orientação, com o tema da moradia social. Isso me levava a pensar na possibilidade de trabalhar, com os estudantes, em uma comunidade e tentar desenvolver o trabalho da disciplina junto com essa população. No entanto, me afastava dessa iniciativa a incerteza de alcançar “bons resultados” no projeto. Sentia insegurança em levar os alunos para um trabalho dessa ordem, que exigiria além do trabalho de paisagismo-desenho urbano, uma reflexão teórica maior, requerendo

incursões pelo projeto da moradia, o que não é objeto da disciplina. A todas essas dúvidas acrescentou-se um problema real e difícil de transpor, ao longo dos anos: foi ficando cada vez mais difícil o acesso seguro às vilas devido à presença do narcotráfico, o que nos afastou ainda mais, por temer pela segurança dos alunos.

Então, em 2015, fiz parte da banca de qualificação de mestrado de uma estudante que tinha como tema os movimentos sociais de luta pela terra, em uma área da cidade com um histórico de lutas pela terra e pela moradia. A estudante participava dos movimentos sociais, especificamente, o Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa (MDMST) e identificava a vontade dos moradores em contatar a universidade para requerer algum tipo de suporte para a qualificação da área da Vila. Ela se prontificou a me colocar em contato com a comunidade; debateu a questão com o movimento ao qual ela se integra e começamos a conversar a respeito. Nesse meio tempo, passei a ler sobre formas de ensino (autores desde a Bauhaus, Paulo Freire, Morin, Maturana e Dewey)

No segundo semestre de 2015 conversamos com os estudantes da disciplina, perguntando a eles como entenderiam, e se abraçariam, o desafio de trabalhar com uma área de baixa renda, considerando as dificuldades presentes em um projeto dessa ordem, principalmente porque a Faculdade não oferece suporte de nenhuma ordem para o envolvimento com essa temática e faixa de renda, no currículo. Surpreendentemente, a resposta dos alunos foi quase unânime em dizer “sim”, que gostariam muito de trabalhar com a população, e a temática dos quais se sentiam afastados, o que viam como uma grande lacuna na sua formação, pois não conheciam essa parte da sociedade, nem suas necessidades de moradia. Os que disseram “não”, argumentaram que talvez isso fosse apontar para os moradores possibilidades de melhorar as condições de vida que nós, como universidade, não poderíamos oferecer, e que isso seria muito frustrante para as populações.

Finalmente, no primeiro semestre de 2016, resolvemos encarar o desafio de tratar a área na disciplina. No início do semestre, esse histórico foi discutido com os alunos, colocando que, se eles aceitassem trabalhar com essa temática, estaríamos entrando em um processo que demandaria um grande esforço, por três principais razões: 1) minha inexperiência em orientar esse tipo de trabalho, ou seja, desenvolver um trabalho de caráter urbano amplo, 2) por se tratar de estudantes de sexto semestre; sem prévio conhecimento de projeto urbano de qualquer ordem; sem conhecer a habitação social ou as favelas; sem noção da problemática associadas às redes (transporte, água, esgoto, iluminação, etc.); sem conhecer bibliografia específica; 3) a insegurança dos estudantes na Vila escolhida para a intervenção e o desconhecimento dos moradores e dos ativistas políticos envolvidos com a Vila.

Os estudantes se mostraram interessados na temática, e desafiados com a idéia de trabalhar diretamente com a população e na área informal, e decidimos realizar o trabalho.

A vila União, junto com outras 4 comunidades, está situada no Morro Santa Teresa e agrega muitos territórios, que foram se estabelecendo e se estruturando ao longo dos anos, ora em diálogo, ora em conflito, a partir das ações dos seus moradores, vividas no plano do cotidiano, e das ações (e não ações) estatais que, direta ou indiretamente, influenciaram seu desenvolvimento. Hoje, em uma parcela da área do morro, os assentamentos informais dividem o espaço com um rico patrimônio natural e cultural e com as funções institucionais da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FASE.

Os assentamentos informais do morro Santa Teresa, iniciaram na década de 1960, junto com a instalação das primeiras antenas de TV na cidade. Eles estão localizados em cinco núcleos dentro da matrícula da FASE: Vila Gaúcha, Ecológica, União Santa Teresa, Padre Cacique e Prisma. Juntas

essas comunidades reúnem aproximadamente 1.300 famílias e 3.500 pessoas. São comunidades distintas, tanto socialmente quanto territorialmente. A Vila União, assim como a Vila Gaúcha e a Vila Ecológica, é constituída de populações mais carentes, com ocupação mais densa, com vielas e grandes declividades. Já as Vilas Padre Cacique e Prisma, além de serem menos vulneráveis socialmente, são ocupações mais esparsas, de lotes maiores e acessos mais adequados.

Na sala de aula, realizamos um seminário, com a leitura de um texto de Nikos Salingaros sobre habitação social (SALINGAROS, 2006) onde o autor e seu grupo de pesquisa, debatem questões político-ideológicas e formais para a moradia e os espaços públicos das favelas latino-americanas dentro de princípios de desenho, redes e complexidade sócio-espacial, tivemos um encontro com a líder comunitária e com a mestrandia militante do MDMST. Houve uma longa discussão sobre a luta dos moradores da vila União, sobre o sentido da luta política e a necessidade de manutenção dos espaços de moradia, que foram pouco a pouco sendo construídos. A moradora relatou a necessidade de ter um lugar para morar, o que resultou na ocupação do morro, passando pela sua luta cotidiana por serviços básicos e os momentos mais tensos de resistência e defesa da terra. Essa discussão interessou muito os estudantes que fizeram muitas perguntas, intrigados com muitas situações sobre as quais nunca haviam se interrogado do ponto de vista econômico, social e ou espacial, da casa e da cidade.



Figura2: Topografia da Vila União Santa Teresa – Fonte: Azevedo, 2016.



Figura 3: Vila União Santa Teresa: visita dos alunos na área de estudo

A Vila União possui 149 domicílios⁵ em um território de aproximadamente 2,4 hectares caracterizado por declividade alta, vias estreitas e descontínuas. Com relação à infraestrutura, não há rede de esgotamento sanitário e nem sistema de drenagem. Segundo relato da líder comunitária, muitas das melhorias ocorridas na vila são obras realizadas pela própria comunidade, como valas para drenagem, bocas de lobo e algumas escadarias. As redes de abastecimento de água e de energia elétrica, demandas antigas da comunidade, foram instaladas em 2015. A Vila não possui equipamentos públicos no seu território e a comunidade utiliza o “campinho”, uma área vazia no alto do morro, para a realização das atividades comunitárias, como a festa de “Inauguração da Luz” que comemorou a iluminação pública no morro e as festas de “Dia das Crianças” e “Ano Novo”. As situações de risco, decorrentes da existência de corpos hídricos

⁵ Dados da Secretaria de Habitação e Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul, 2015.

associados à declividade e à ocupação nas margens dos arroios, são algumas das fragilidades cotidianas conhecidas pela comunidade.

Sobre a renda familiar, sabe-se que cerca de 89% dos domicílios tem renda mensal de até três salários mínimos, e, dentre as pessoas em idade economicamente ativa, 55% trabalha com carteira assinada, é funcionário público ou autônomo. As famílias da comunidade estão organizadas em uma Associação de Moradores e se articulam a outras redes institucionais e espaços de gestão participativos como o Conselho do Orçamento Participativo, o Conselho de Saúde, além de possuir uma relação próxima a movimentos sociais organizados, como o Movimento dos Sem Terra (MST) e o Fórum Estadual de Reforma Urbana, por exemplo.

Na próxima aula após a conversa com a líder comunitária fizemos uma visita à Vila (a turma da disciplina, um mestrando em estágio discente, a mestranda e ativista do MDMST e eu), guiados pela líder comunitária e pela mestranda ativista do MDMST. Fomos com o ônibus da Universidade até um ponto intermediário entre a base do morro e a parte alta, percorrendo, a pé, toda a Vila. Era a manhã de um dia de semana (terça-feira, entre 10h até aproximadamente as 12h) e os moradores deveriam estar trabalhando, pois as casas estavam fechadas. Conversamos com muito poucos moradores, principalmente mulheres. Os estudantes, munidos de plantas da área, anotaram e fotografaram as casas e demais pontos e elementos importantes do lugar: maiores declividades, pontos de esgoto a céu aberto, depósito de lixo, espaços abertos, vegetação significativa, vistas interessantes, as vielas, etc. Muitas coisas chamaram a atenção dos estudantes, mostrando o quanto essa é uma realidade desconhecida, mas três coisas foram marcantes: as ruas estreitas que não permitem nem mesmo a passagem de uma moto para a entrega de gás ou água; a ausência de comércio, salão de beleza, padaria, ferragem, etc. (a urbanidade) e a presença de muitos cachorros. Mas o que mais impressionou a todos foram as condições gerais do lugar e das moradias, muito pequenas, sem privacidade e espaços públicos quase inexistentes.

De volta ao trabalho em sala de aula, o entusiasmo dos estudantes não diminuiu mesmo quando, ao analisarmos a área, nos deparamos com a difícil topografia e com nossos poucos recursos para trabalhar com ela. Embora a declividade do terreno fosse observada e sentida na visita à área, a topografia como uma questão significativa, e quase impeditiva do trabalho, só apareceu como problema à medida que fomos aprofundando o estudo e que os primeiros passos do projeto começaram a ser dados. A dificuldade se manifestou desde a falta de conhecimento para resolver manualmente as plantas para traçar o sistema viário e “visualizar” as movimentações de terra necessárias, como para fazer uma maquete eletrônica, pois os programas conhecidos, e disponíveis, não eram muito amigáveis.

Uma das estudantes chamou uma amiga geóloga, formou um grupo com vários colegas da disciplina e foram novamente à área. Esta visita à área foi de grande valia para a disciplina, funcionando como um detalhamento do olhar, mais específico sobre o solo o que, devido à topografia, foi importante para definir tecnicamente as intervenções. Esta mesma estudante apresentou os resultados desta visita à área (explicações sobre o que aprendeu: tipo de solo presente, como ele funcionaria, etc.) em uma apresentação para todos os colegas, na sala de aula. Essa experiência foi muito interessante, porque passou a reforçar um vínculo entre os estudantes de trocarem entre si informações e ajudarem-se uns aos outros.

O problema com a topografia foi contornada com aulas e assessoramento sobre topografia, basicamente correção de curvas de nível. Estas aulas foram ministradas junto com um bolsista do mestrado, que fazia estágio docente na disciplina e havia trabalhado com urbanização de favela no seu projeto de diplomação (TCC). Utilizamos o método detalhado por Mascaró, de manualmente

identificar as curvas e retificá-las, a partir da criação de um escalímetro em papelão (MASCARÓ, 2001), o que foi bastante eficiente, mas muito trabalhoso, tomando muito tempo de todos nós.

Foi criado um Dropbox para a turma e todas as fotos, levantamentos, plantas e mapas, dados e informações sobre a Vila e as aulas foram colocadas. Obtivemos levantamentos, estudos e dados sobre a área, conseguidos com os militantes do movimento de defesa do morro, o que foi um privilégio, pois conseguimos as informações sem termos que levantá-las, tais como: as plantas com a localização das casas; o levantamento do número de habitantes, faixa etária, renda, gênero, o mapa topográfico, etc.

A ementa da disciplina Urbanismo I, contempla conteúdos, na formação do estudante de arquitetura que abrange de maneira ampla os estudos da paisagem, com ênfase nos espaços abertos, como segue: “Arquitetura paisagística: conceituação teórica e elaboração de propostas com vistas aos conhecimentos básicos necessários à intervenção no espaço aberto de uso da comunidade. Ecologia. Espaço urbano; paisagem urbana; diagnose do espaço urbano; espaços abertos e espaços fechados; categorias dos espaços abertos; equipamentos comunitários; espaços especiais. Evolução do espaço aberto e espaço verde. Recreação, lazer e patrimônio cultural. Estudo plástico da vegetação”. Essa ementa deve ser contemplada ao longo de um semestre de quinze semanas, através de seis horas semanais de aulas, tendo como resultado um ante-projeto urbano com algum detalhamento. Os objetivos da disciplina permitem, uma interpretação que abre espaço para a incorporação de abordagens mais amplas, como a adotada no semestre, e afirma que a disciplina “visa, através do desenvolvimento de conteúdos teóricos e do trabalho de prática em ateliê, introduzir o estudante no trato das variáveis de organização do espaço urbano através do desenvolvimento de Projeto Urbanístico.

Normalmente, a disciplina vem sendo desenvolvida em cinco etapas, quatro delas com trabalho em grupos de três estudantes (eventualmente quatro) e a última etapa é individual. O desenvolvimento ocorre da seguinte forma: 1- (atividade em grupo) leitura, proposta conceitual e diretrizes para a intervenção na área de trabalho; reflexão sobre a área e seu significado histórico-cultural-econômico; 2- (atividade em grupo) projeto urbanístico, diretrizes na macro escala, soluções para as conexões da área com o entorno, circulação (pedestres, veículos), volumes e morfologia, soluções urbanísticas e paisagísticas; 3- (atividade com toda a turma) elaboração coletiva do projeto urbanístico, processo de “colagem” das diferentes propostas oriundas dos diferentes grupos e construção de uma segunda reflexão, a partir do resultado, sobre a área e seu significado histórico-cultural-econômico; 4- (atividade em grupo) desenvolvimento final, quando o projeto retorna aos grupos originais para ser desenvolvido, reinterpretando o conceito, as diretrizes e propondo novas soluções a partir da elaboração coletiva; 5- (atividade individual) detalhamento, é a etapa final, a partir de um recorte da proposta resultante da Etapa 4, a qual é objeto do detalhamento, e cuja solução final alcança as escalas de detalhe do objeto arquitetônico (1:100, 1:50, 1:10).

O trabalho chegou até agora (final de outubro de 2016) a desenvolver a correção das curvas de nível, o lançamento do sistema viário e das diretrizes gerais. Os estudantes continuam muito interessados e atuantes, pesquisando e trazendo contribuição para a sala de aula. Os primeiros painéis dos alunos, com diretrizes gerais, além de trazerem suas propostas apresentaram referências projetuais sobre experiências de urbanização de favelas e regularização fundiária em vários locais, no Brasil e internacionalmente. Embora a referência às soluções projetuais da Elemental-Aravena tenha sido uma constante, muitos outros projetos, que incluem os espaços urbanos foram trazidos. O mestrando em estágio docente fez uma interessante pesquisa sobre projetos, urbanos e habitacionais para assentamentos irregulares, ao redor do mundo, o que foi

apresentado em uma aula. Tivemos uma outra aula com debate sobre os princípios de desenho propostos por Salingaros (2006), associando sua análise da complexidade às análises de Morin (2002) sobre conhecimento e complexidade. Foram discussões difíceis, mas importantes para a compreensão das questões ideológicas e políticas, além, obviamente, das questões de projeto. No geral, durante todo o semestre até aqui, tivemos sempre aulas dialogadas. Nos assessoramentos aos projetos, nos grupos, quando uma questão pudesse ser do interesse geral, se parava o assessoramento e abria-se a discussão para toda a turma. Os estudantes tornaram-se muito cooperativos entre si, o que tem sido considerado já um ganho do processo.

No dia 19 de novembro, um sábado, foi realizada uma caminhada no morro, pelos ativistas do MDMST, a de número 13. Foi uma caminhada que envolveu as demais Vilas do morro, não apenas a Vila União. Vários estudantes foram à caminhada, o que os levou a valorizar ainda mais a relação com a comunidade, a identificar e reconhecer o valor da paisagem e da vegetação presentes, reforçando o espírito de trabalhar e lutar pela qualificação sócio-espacial da área. Essa caminhada ocorreu já em um período de ocupação da Faculdade de Arquitetura, momento em que uma outra luta suspendeu as aulas da disciplina.

REFERENCIAL TEÓRICO: OS AUTORES E A SUA APROPRIAÇÃO

As argumentações e reflexões teóricas são aqui trazidas com o objetivo de apresentar o framework que guiou o pensamento e a intervenção. Ele é produto de leituras e questionamentos suscitados pelo contato com uma literatura que vai aparecendo como referência, à medida que as idéias vão sendo colocadas. Surge também do diálogo com os estudantes e suas inquietações sobre a arquitetura e os espaços urbanos dos mais pobres e, igualmente, do trabalho de muitos anos com as populações e as áreas de favelas e vilas, em Porto Alegre. Paralelamente, e partindo de diferentes conceituações do que seja a paisagem urbana hoje, e o seu estudo enquanto urbanismo-ecologia-paisagem, sobre a cidade dividida, onde as diferenças sociais são gravadas fisicamente no espaço, atingindo moradores e aqueles que se envolvem, de várias maneiras com as coisas da arquitetura, do desenho, do projeto e de sua complexidade, busca-se apontar caminhos de aprofundamento do conhecimento através da construção de análises críticas.

Especificamente, sobre a habitação social, surgiu, no Brasil e na América Latina nos últimos anos, um debate que apresenta resultados surpreendentes sobre as formas adotadas pelas políticas urbanas de habitação que, propondo a urbanização de favelas, vem passando pelo questionamentos: serão estas as melhores propostas para abrigar os pobres? Essas recentes avaliações tendem a identificar, nas ações pontuais e de curto prazo promovidas pelo Estado, a impossibilidade de soluções mais completas e amplas, com efeitos significativos sobre a cidade como um todo. Os problemas daí decorrentes vêm sendo apontados por diversos autores, que reivindicam ações que se façam sentir em toda a cidade, criticam a flexibilização de padrões urbanos e habitacionais, apontam a importância de que políticas sociais de habitação combatam a pobreza e promovam a saúde (FIORI et alli, 2007; SMOLKA, 2003; MASCARO, 2004; CLICHEVSKY, 2003; Bassanesi, 2010; OMS, OPAS(2009). Outros autores, ainda, apontam que as políticas de habitação baseadas em modelos desenvolvidos e implantados de-cima-para-baixo não conseguem atingir o cerne dos problemas da escala urbana, pois ignoram a relação entre as dinâmicas físicas e sociais, desconsiderando o papel representado pelo ambiente físico na relação complexa que emerge do ambiente social (SALINGAROS, 2006; SOUZA, 2002). Estes autores chamam atenção para a idéia do que seria tratado por Chauí como o discurso competente⁶. E há, ainda, autores que

⁶ O "discurso competente" é um termo utilizado pela cientista social brasileira Marilena Chauí para descrever a atitude de pesquisadores e especialistas que reivindicam a "competência" para tratar de temas da realidade, mas negam, de maneira

apontam os resultados pobra alcançados, com soluções que aumentam os problemas das cidades, sem significar um resgate da função básica e social da propriedade (BAIERLE, 2005; IBAM, 2004). Urge, portanto, entender, interpretar e avançar nas ações da universidade em sua tríade de ensino-pesquisa-extensão com o objetivo de orientar a administração pública e a melhorar a vida de todos os moradores urbanos. .

Assim, as perguntas sobre como criar, através dos projetos, a síntese entre “justiça social” e “espaços da esperança” ou como é possível manipular, positivamente, no nível do projeto e no nível acadêmico-didático, os questionamentos e as reflexões sobre a arquitetura e os espaços urbanos que alimentam e inspiram à emoção? Como entender a acomodar, no desenho, o espaço em sua interação dialética e dialógica com o social, abandonando as formas arbitrárias e de-cima-para-baixo que orientam nossa arquitetura e as cidades, hoje? Quais as maneiras pelas quais o produto do nosso conhecimento-trabalho (o projeto) pode produzir a cidade que é justa, incluyente, capaz de gerar prazer, bem-estar, saúde? Que olhares podemos acompanhar na busca da síntese projetual que incorpore ética e estética? É possível criar uma metodologia de ação de-cima-para-baixo que consiga o diálogo e a síntese com o que é desenvolvido “de-baixo-para-cima” co-produzindo e co-operando na cidade?

Essas questões, importantes no campo do urbanismo, requerem manifestação tanto através da legislação como do projeto, e deveriam se manifestar como expressão política na busca de justiça sócio-espacial (FAINSTEIN, 2012) articulando-se nas ações e na realidade cotidiana, dos orçamentos limitados, em um país com tantas desigualdades econômicas e sociais como o Brasil. Quais são as múltiplas articulações e o protagonismo requeridos no processo de transformar os espaços urbanos em “espaços humanos”, recebendo o apoio do conhecimento acadêmico para desenvolver o que já é conhecido da população?

Partindo da análise do espaço aberto utilizam-se três princípios desenvolvidos por Salingaros (SALINGAROS, 2009) que podem ser traduzidos em regras práticas de desenho e que são aqui representados como “palavras-chave” da estrutura conceitual do trabalho, e, por consequência, do projeto resultante: (1) nós - a teia urbana é ancorada em nós de atividades humanas cuja interconexão constitui a teia; (2) conexões - onde pares de conexões se formam entre nós complementares, e não entre nós semelhantes e (3) hierarquias - quando lhe é permitido, a teia urbana se auto-organiza criando uma hierarquia ordenada de conexões em vários e diferentes níveis da escala. O resultado (projeto) busca propor projetos para diferentes partes da favela com o objetivo de oferecer áreas específicas para usos e funções: estacionamento, moradia e espaços públicos coletivos estruturadas a partir da compreensão dos conceitos e da aplicação das regras daí emanadas, ao desenho. As conclusões apontam as possibilidades metodológicas e didático-pedagógicas da proposta, e, infere-se que nas situações de materialização da proposta metodológica, como método de elaboração de projetos de intervenção nestas áreas urbanas, deverá ocorrer a participação efetiva da população nas decisões de projeto, na alocação e na

autoritária, à população ou às pessoas comuns, o direito de se pronunciarem e de decidirem sobre certos “saberes” identificados como particularidade da academia ou sobre os quais é necessária uma versão elaborada, justificada, “correta”. (CHAUI, 1993). Ultimamente, tem aparecido uma crítica ao discurso ambientalista como uma outra forma do discurso competente que institui maneiras “corretas” de utilização da natureza, onde a “paisagem” e a “proteção ao verde” são reivindicados para a potencialização dos lucros imobiliários, transformando os espaços de viver em espaços de uso apenas. (Ver a respeito o artigo de Itamar R. Vieira Jr., O Discurso “Verde: Produzindo Espaço, Vendendo a Paisagem.” Disponível em: <www.geoambiente.ufba.br/seminar_itamar>, e as elaboração de AcseLRad, sobre os discursos justificadores, segundo o qual um consenso urbano espacial que busque se estabelecer legitimado nos propósitos do equilíbrio da biosfera e da garantia de vida para as futuras gerações é a justificativa da crescente necessidade de prevenir “os riscos” de ruptura sócio-políticas em cidades crescentemente fragmentadas pelos processos de globalização e de acumulação flexível.” (ACSELRAD, 2001)

implantação dos espaços públicos e dos espaços privados, nesta ordem. Ao reconhecer que as cidades são lugares determinantes na reprodução das relações sociais, a proposta apresentada pergunta ainda sobre as alternativas do futuro urbano e o significado da justiça neste contexto (FAINSTEIN, 2012).

Com base nestes princípios, faz-se uma reflexão ao mesmo tempo em que se descreve uma aplicação prática. Em um estudo sobre a Vila União, em Porto Alegre, busca-se a articulação em dois níveis da análise: o primeiro, de natureza fundamentalmente metodológica sobre a organização do método de leitura crítica do espaço urbano e seu entorno; o segundo, relativo à validade do método em termos didáticos, onde se avançam algumas considerações sobre a relação ensino-pesquisa-extensão. A metodologia privilegia a leitura crítica dos elementos morfológicos, ambientais e perceptivos buscando interpretar as possibilidades de estruturação da paisagem da cidade informal, em integração com a cidade formal e em resposta às necessidades sócio-espaciais específicas das populações envolvidas.

A CIDADE COMO PAISAGEM

O desenho necessário à cidade é aquele capaz de dar significado à paisagem através do desenvolvimento das relações e conexões entre todos os seus elementos. A identificação do que seja o bom espaço é dependente da maneira como seus diferentes “elementos” constitutivos (sejam eles estruturas, atores sociais ou relações) se organizam no espaço e, nesse movimento, são igualmente por ele estruturados. A dificuldade em “desmontar” a cidade em suas partes, para submetê-la à análise e entendê-la ressalta, para quem quer ver, a complexidade constitutiva do urbano e da sua mais óbvia manifestação, a paisagem.

A cidade e sua paisagem são produtos da transformação da natureza que ocorre de maneira coletiva, pelo trabalho humano. Nesse processo cria-se o espaço da urbanidade, através de interações sociais, tecnológicas, de desenho, políticas, econômicas dos usos e das formas que acontecem no sítio ao longo do tempo. No dizer de Milton Santos “o espaço é uma instância da sociedade. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por elas contido” (SANTOS, 1987) É ainda nesse sentido que os processos sociais representativos de uma sociedade num momento histórico determinado são resolvidos através de formas. Essas formas são básicas para a constituição da sociedade, já que não existe sociedade a-espacial e “a paisagem é a configuração espacial e a maneira como os objetos se dão aos nossos olhos, juntamente com os processos representativos da sociedade num momento determinado.” (SANTOS, 1987)

Ao considerar a complexidade urbana, a busca de possíveis respostas para a intervenção toma caminhos de reflexão teórica e de prática de projeto, já que o projeto urbano deve atender a toda a população envolvida com a vida na cidade. A busca da orientação teórica, para tratar a cidade não tem o objetivo de tentar controlá-la, porque seria loucura, mas de entender o que pode e deve ser feito para incentivar o desenvolvimento e qualificá-la, no caminho imprevisível (e irreversível) que a urbanização tem assumido. Continuando nesse esforço de compreensão teórica sobre as coisas da cidade e na busca daqueles elementos que poderão vir a constituir cidades saudáveis-boas-democráticas-belas-republicanas-participativas seria possível introduzir as questões dos novos paradigmas teóricos colocados Morin (MORIN, 2009). Se a A idéia de um texto “tentativa-de-provocar-a-discussão” coloca a importância do conhecimento para uma intervenção melhor ajustada ao objeto, um objeto complexo como a cidade, vai exigir um conhecimento igualmente complexo, reflexo-reflexão da realidade que se quer conhecer. A idéia de que conhecer é um fenômeno vital para o ser humano pois permite introduzir a relação entre

organismo e meio (em todos os sentidos possíveis desde do ponto de vista ecológico-paisagístico, da relação casa-cidade, do indivíduo saúde-ambiente-cidade-economia); os sentidos da casa e da cidade; a relação com o “ser” e a identificação de que organismo e meio vão mudando juntos, de maneira congruente ao longo da vida do organismo e ao longo do tempo, para o “meio”, e que as mudanças ocorrem de modo que cada um (organismo e meio) fluem no encontro-desencontro com o outro, conservando sua organização, adaptação, mutação, alteração, prazer, sofrimento, no processo. Para Maturana, “somos como somos em congruência com o nosso meio e o nosso meio é o que é em congruência conosco” (MATURANA, 2009) seria uma grande lição a ser aprendida aqui em paralelo com a explicação de espaço de Milton Santos, segundo a qual, espaço e sociedade mudam-se e transformam-se mutuamente no processo de constituição/construção sócio-espacial, passando a ser, ambos, coisa física e sociedade, o espaço particular de cada grupo/sociedade/espacialidade (SANTOS, 1987).

Assim, conhecer seria o primeiro passo para uma atuação equilibrada no meio urbano. E nessa leitura, embora a resposta projetual não esteja presente como desenho, nem mesmo como diretriz, o encaminhamento (poderíamos falar em metodologia?) seria o re-conhecimento da ação. No pensamento de Morin a apreensão da realidade se dá a partir dos sucessivos olhares (re-conhecimentos) da ação sobre a realidade. Ou seja, um conhecimento é feito a partir do olhar que investiga as sucessivas transformações que acontecem a partir de sucessivas ações sobre o real. Os estudos atuais sobre a evolução dos espaços urbanos têm sido permeados por questões desse tipo, desafiando os planejadores que tentam identificar os elementos capazes de criar o espaço de qualidade, saudável, bom, agradável, belo e onde as teorias do desenho urbano aparecem como uma das partes no encaminhamento da discussão.

O ESPAÇO PÚBLICO

O que temos aprendido até aqui com as teorias (de desenho e composição) que nos são oferecidas é que devemos seguir as regras ou leis que nos asseguram geometrias harmoniosas dentro de limites técnicos de projeto, que garantam composições significativas do ponto de vista do desenho e conexões com os outros sistemas dentro da cidade. No entanto, os desafios existentes no tratamento do ambiente urbano provêm de variados fatores, os quais partindo das formas de apreensão e conhecimento da paisagem sobre a qual se deseja intervir chegam ao ato projetual através do entendimento desenvolvido pelos diferentes agentes do desenho e de seus alinhamentos ante as distintas tradições de planejamento. Mais do que tudo, o desenho é dependente do entendimento que se tem do espaço urbano, e esse entendimento, por sua vez, é dependente do modo particular, ou da ideologia, que leva o projetista a “ler” o espaço dessa ou daquela forma, intervindo a partir do entendimento daí proveniente, em um processo que é identificado como top-down, assumindo a perspectiva que se lhe aparenta a mais conveniente sob todos os aspectos considerados. No momento em que a fusão do ler-entender-propor acontece, o caráter do espaço a ser proposto é desvendado como resposta ao sítio e ao grupo social considerado: emerge o projeto.

As necessidades que emergem das reivindicações dos grupos mais pobres, que costumam produzir seus próprios espaços, nos interstícios abandonados dos centros urbanos ou nas periferias, são identificadas como proposições bottom-up. São os espaços sem regras, leis, padrões, ou projetos, mas que de maneira constante constroem parcelas importantes das cidades e abrigam número igualmente significativo de habitantes em vilas, favelas: nesses lugares a qualidade do espaço construído (as casas e os espaços públicos) mostra grande contraste com o resto da cidade, devido às dimensões, aos materiais, à falta de infra-estrutura e de serviços. É nessa interface que um processo complexo de articulação das esferas espaciais e sociais, convivem em contradição-

articulação de diferentes lógicas na busca do sentido. O espaço urbano, assim identificado na sua diferença não é mais paisagem externa pertencente ao olhar, mas algo incorporado a partir da diferença e do contraste como uma das partes deste todo, lar urbano de pobres e ricos.

AINDA PENSAMENTOS, QUASE CONCLUSÕES

O contato dos alunos com a desigualdade territorial presentes nas cidades é um passo importante para que se possa intervir nos reais problemas a serem enfrentados pelo arquiteto urbanista. Para essa intervenção é indispensável enxergar a cidade para além do seu desenho (estética), buscando apreender dela, as forças que estão ativas e que definindo a forma de estar e de se apropriar da cidade (ética). O contato com a realidade da vila União Santa Teresa para além dos limites da sua ocupação, ou seja, a partir da sua história de formação, luta e resistência, a partir de uma articulação em rede (MDMST), para transformar a sua realidade territorial (seu espaço urbano), contribui para essa compreensão e para o exercício de compatibilizar estética e ética no exercício projetual.

Essa identificação metodológica (talvez ideológica) da diferença que compõe a cidade dividida pode ser uma reflexão possível (e necessária) na construção da cidade emancipadora, caótica e heterogênea, complexa e inspiradora da autonomia. Lugar onde, por exemplo, mulheres sintam-se libertas dos velhos papéis, e gênero adquira um significado para a sociedade como um todo. Espaços onde as crianças possam sentir-se protegidas e liberadas a exercer sua criatividade e a especular, a desenvolver sua curiosidade abrigadas e seguras. Espaço onde raça, sexo e religião signifique para cada um e de cada um receba respeito e direito de exercício. Espaços onde cada um possa exercitar-se enquanto individualidade e ver espacialmente refletidas as diferenças, as ambigüidades, as contradições e os diferentes interesses possam se encontrar e conviver. Espaços aptos a desenvolver nossa capacidade de alterar o espaço e alterar nosso tempo, sem a opressão do trabalho. Espaços potentes para desenvolver nossa solidariedade e nossa responsabilidade em relação a cada “outro” com alteridade, como maneira de buscar a justiça social, no sentido que nos fala Harvey: protegendo o planeta para a vida, o prazer e a esperança das gerações presentes e futuras.

A história do MDMST aponta um esforço em promover um projeto elaborado com a sua participação, não por ser protagonista, visto que é uma articulação de diferentes atores, nem todos usuários, mas para garantir que o projeto seja resultado da sua leitura sobre a realidade daquele território, de modo a evitar um processo do tipo *top-down*. Contudo, ainda não há um projeto que incorpore o “tripé” do movimento. Este quadro pode ser interpretado como uma incapacidade de promover a fusão do *ler-entender-propor*, de maneira conjunta, como se pretendia através do Grupo de Trabalho (Decreto 49.256/2012). Foi diante deste contexto que o MDMST redirecionou as suas ações com objetivo de reunir elementos, técnica e reflexões, para “construir argumentos”, em nível de projeto urbano, à uma possível proposta *top down* que venha a ser apresentada pelo Estado. É neste momento que a extensão universitária urge como o espaço onde o movimento social e a academia se encontram, promovendo um processo de educação que contempla alunos, ativistas e professores. Uma educação emancipatória que pode contribuir muito para a promoção de políticas urbanas mais efetivas e menos excludentes.

POSSIBILIDADES FUTURAS DE EXTENSÃO

Com essa intenção, a proposta da disciplina aqui analisada se junta ao pensamento e aos objetivos da política nacional de extensão universitária, cujas diretrizes coadunam-se com os princípios da

autonomia universitária, com os ideais da universidade pública brasileira e, portanto, de toda a sociedade brasileira. A proposta da disciplina coloca-se também como uma oportunidade de aprofundar uma reflexão sobre a importância da extensão, ainda mais, na atual conjuntura política e econômica do país, na qual cada vez mais se faz necessária a união de esforços para enfrentar os desafios sociais postos. É nesta perspectiva que se aposta na integração entre movimentos sociais e academia na extensão universitária, dada através de metodologias de ensino capazes de promover mais que o encontro entre a teoria e a prática, mas o encontro entre a teoria e a real necessidade dos espaços urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. **A duração das Cidades – sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Ed. DP&A, Coleção Espaços do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 2001.
- AGENDA 21 – **For Sustainable construction in developing countries – a discussion document** – CIB - The International Council for Research and Innovation in Building and Construction e UNEP – ETC - United Nations Environment Programme International Environmental Technology Centre. Chrisna du Plessis (org.), South Africa, 2002.
- AZEVEDO, Karla Moroso. **Conflitos Territoriais Urbanos e as Estratégias de Resistência Popular para a Promoção do Direito à Cidade: O caso do Morro Santa Teresa – Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Propur- UFRGS, Porto Alegre, 2016.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257**, de 10 de julho de 2001.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato, difusão da casa própria**. Ed. Estação Liberdade, São Paulo, 1998.
- CLICHEVSKY, N. **Pobreza y acceso al suelo urbano. Algunas interrogantes sobre las políticas de regularización en América Latina**. Serie Medio Ambiente y Desarrollo, n. 75, 88 pp, CEPAL, 2003.
- FAINSTEIN, S. **The Just City**. Cornell university Press, 2012. Ithaca, USA.
- FIORI, Jorge et al. **Melhoria Física e Integração Social no Rio de Janeiro: o Caso Favela-Bairro**. In: FERNANDES, Edésio e VALENÇA, Márcio (Orgs.). **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro. Ed. Mauad, 2004.
- MASCARÒ, José L. **O custo das decisões arquitetônicas**. Ed. Masquatro, Porto Alegre, 2006.
- MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2001.
- MATURANA, Humberto. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- MATUS, Carlos. **Política, Planificación y Gobierno. Parte I. Organización Pan-Americana de la Salud (OPS)** - Instituto Latino-americano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES), Washington, D.C., 1987.
- MORIN, Edgar e LE-MOGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da Complexidade**. Ed. Fundação Petrópolis, São Paulo, 2000.

- MORIN, Edgar e LE-MOGNE, Jean-Louis. **Terra-Pátria**. Ed. Sulina, Porto Alegre, 2002.
- PICCININI, L.S. **Estudo sobre a flexibilização dos padrões urbanísticos e as formações sócio-espaciais informais**. Tese de doutorado. Propur- UFRGS, Porto Alegre, 2007
- PICCININI, L.S. **Habitação social no Brasil 1930-2015: uma reflexão sobre os programas habitacionais**. IV Enanparq, 2016. Porto Alegre, RS
- SMOLKA, Martin. **Regularização da ocupação do solo urbano: a solução que é parte do problema, o problema que é parte da solução**. In: Abramo, Pedro (Org) A cidade da informalidade – o desafio das cidades latino-americanas. Ed. Sette Letras, Rio de Janeiro, RJ, 2003.
- SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade – uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001.
- MORIN, E. **É preciso educar os educadores**. Entrevistas “Fronteiras do Pensamento 2014”. Acessado em março de 2016: <http://www.fronteiras.com/entrevistas/entrevista-edgar-morin-e-preciso-educar-os-educadores>
- SALINGAROS, N. et al. **Habitação Social na América Latina**. Acessado em novembro de 2016, em: <http://docplayer.com.br/15795866-Habitacao-social-na-america-latina-uma-metodologia-para-utilizar-processos-de-autoorganizacao-introducao-por-livia-salomao-piccinini.html>
- Santos, Boaventura de Sousa. **La universidad en el siglo XXI. Para una reforma democrática y emancipadora de la universidad**. Umbrales. Revista del Postgrado en Ciencias del Desarrollo, 15, 13-70. 2006.
- SANTOS, Ma. **Espaço e Método**. Ed. Nobel, São Paulo, 1987.
- SANTOS, Mb. **A Natureza do Espaço**. Ed. EDUSP, 2010.
- UNESCO-MEC. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasil, MEC, 1998.
- VALERY, P. **Eupalinos ou o Arquiteto**. Ed. 34 Ltda., São Paulo, 2006.